



PERCEPÇÕES E DESAFIOS SOBRE A PRODUÇÃO LEITEIRA: UM ESTUDO COM OS PRODUTORES DE LEITE DO VALE DO PARANHANA/RS

Me. Alexandre Aloys Matte Junior

Doutorando em Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia - UNISINOS

Dr. Roberto Tadeu Ramos Morais

Doutor em Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - FACCAT

Resumo: A temática deste artigo está relacionada à análise da opinião de produtores de leite sobre a expansão da atividade como estratégia de desenvolvimento regional. Seu objetivo foi avaliar a percepção dos pequenos produtores de leite sobre a viabilidade social e econômica da expansão da atividade leiteira em pequenas e médias propriedades na região do Vale do Paranhana/RS como alternativa de desenvolvimento regional. Com relação à metodologia empregada, caracteriza-se como um estudo exploratório baseado em um estudo de caso múltiplo, onde empregou-se o método quantitativo. Primeiramente, a pesquisa amparou-se em revisão bibliográfica, buscando dar sustentação ao tema, e, posteriormente, por uma pesquisa documental com o intuito de obter dados e informações referentes às pequenas propriedades rurais e produtores de leite situados no Vale do Paranhana. A segunda parte da pesquisa consistiu na aplicação de questionários diretamente com os pequenos produtores de leite da região, visitando-se distintas propriedades rurais. Foram realizadas 20 visitas e utilizadas seleções não probabilísticas por acessibilidade. Para análise das respostas obtidas através dos questionários, recorreu-se à estatística descritiva, objetivando organizar e facilitar a compreensão dos dados coletados. Conclui-se que a produção leiteira na região do Vale do Paranhana poderá expandir-se, mas sugere-se que ocorra através da constituição de cooperativas regionais ou pequenas agroindústrias voltadas à captação da produção regional e seu posterior processamento. Poderá encontrar respaldo ainda na diferenciação do produto, apostando na produção orgânica do leite.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Produção leiteira. Pequenos produtores. Expansão. Vale do Paranhana.

1. INTRODUÇÃO

O Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, é formado pelos municípios de Três Coroas, Igrejinha, Parobé, Taquara, Rolante e Riozinho, tendo seu nome proveniente do rio que banha os municípios da região. O território possui sua economia baseada na produção industrial, principalmente de calçados e confecções em couro e bebidas, preenchendo cerca de 50% de sua economia. Além da produção calçadista e componentes, há também a planta industrial do grupo Heineken, uma das grandes empresas produtoras de cerveja e refrigerantes instaladas no Brasil (FEE, 2016). A Figura 1 apresenta o mapa com os municípios que compõem a região do Vale do Paranhana.

Figura 1 – Região do Vale do Paranhana/RS



Fonte: Adaptado de SkyscraperCity.com (2017)

Morais (2012) discorre sobre a colonização da região, que tem como característica básica a presença, inicialmente, de imigrantes alemães, identificados principalmente com a produção agropecuária e a industrialização proporcionada pela produção calçadista. Na região, também podem ser encontradas variadas propriedades rurais, em sua maioria de base familiar. Constituem-se em grupos pluriativos, uma vez que, dada a pequena distância em relação aos centros urbanos, apresentam membros que trabalham em atividades ligadas ao comércio e indústria (principalmente a calçadista), complementando a renda proveniente do trabalho rural.

Avaliando atividades que possam contribuir com o desenvolvimento do Vale do Paranhana, levando-se em conta a existência de grupos familiares no campo, pretende-se compreender o potencial do leite. Foca-se na possibilidade de desenvolvimento da pecuária



leiteira pois o Paranhana já foi uma das maiores bacias desta *commodity* no Rio Grande do Sul, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, produzindo mais de 100 mil litros diários de leite (Município de Taquara, 2017; CUNHA, 2011). Ainda, frisa-se que o leite possui importância estratégica, tanto para o estado como para o País, principalmente na Região Sul do Brasil, onde destaca-se o sistema de produção familiar. Consoante a Berro *et al.* (2014), a produção de leite consolidou-se como atividade âncora na composição da renda dos pequenos agricultores, impactando no desenvolvimento regional, em especial, por fatores ligados a absorção de mão-de-obra, grande alcance social e agregação de valor na propriedade, possibilitando o uso de terras de qualidade inferior para o desenvolvimento dessa atividade. Assim, a temática desse trabalho está relacionada à análise da possibilidade de expansão da produção leiteira como estratégia de desenvolvimento regional, buscando analisar os desafios enfrentados por esta na cadeia leiteira no Vale do Paranhana/RS. Dessa forma, primam-se pelo estudo da competitividade e do espaço regional do Vale do Paranhana, incentivando o aprofundamento sobre a agricultura familiar, identificando portfólio de fontes de ingressos de rendas para os produtores, também incentivando o estudo de novas estratégias para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o objetivo central do trabalho é avaliar a opinião de e percepção dos pequenos produtores de leite sobre a possibilidade de continuidade e expansão da produção leiteira na região do Vale do Paranhana como alternativa de desenvolvimento regional. Buscando contemplá-lo, foram estruturados objetivos específicos, a) caracterizar os produtores de leite do Vale do Paranhana, através das características de propriedade, produção e renda; b) analisar a percepção dos produtores rurais do Vale em relação à possibilidade de expansão da produção leiteira na região; c) identificar a aderência e percepção dos pequenos produtores de leite do Vale em relação às estratégias e políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e Brasil voltadas às pequenas propriedades leiteiras, e d) analisar a viabilidade econômica e social da produção leiteira, através do panorama de sua evolução, como alternativa para o desenvolvimento da região do Vale do Paranhana. Nessa linha, o questionamento central que busca ser respondido através desse trabalho é: Qual é a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à expansão e continuidade da produção leiteira na região?

Tratando sobre a organização deste artigo, do Capítulo 2 e 3, são apresentadas informações sobre a produção leiteira no Brasil e Rio Grande do Sul, conceitos de agricultura familiar, cooperativismo e Políticas públicas voltadas à agricultura familiar e produção leiteira, necessários para o embasamento deste estudo. Após, o Capítulo 4 detalha os procedimentos metodológicos empregados, bem como o número de indivíduos selecionados e instrumentos



de coleta utilizados. Já o capítulo 5 apresenta os resultados obtidos e análises de dados realizada. Por fim, apresentam-se as conclusões obtidas após o desenvolvimento da pesquisa.

2. A PRODUÇÃO LEITEIRA NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

A atividade leiteira pode ser considerada uma das mais importantes da agropecuária brasileira, já que, segundo Costa *et al.* (2015), o setor de leite e derivados possui grande volume na geração de empregos, superando áreas como a construção civil e indústria de automóveis, por exemplo, o que acaba sendo fato gerador de renda. Os autores também apresentam a estimativa de que a cada R\$ 1 milhão em produtos demandados, o leite gera 197 empregos, superando os demais setores. Viana e Ferras (2007) colaboram com essa informação ao citarem, como fator importante da atividade leiteira, o alto grau de concentração de mão de obra, dada a necessidade de utilização de um significativo número de trabalhadores no decorrer de sua cadeia produtiva. Após passar por transformações profundas, em sua maioria causadas pela questão econômica, hoje a cadeia leiteira se estrutura basicamente através da venda do leite de produtores primários aos laticínios, que por sua vez o utilizam para a fabricação de diversos produtos lácteos. De acordo com o trabalho de Viana e Ferras (2007), o fluxo de comercialização da Cadeia Produtiva do Leite, bem como seus canais de comercialização, consistem em dois fluxos distintos, por canais mais comuns, que praticamente ligam todos os elos da cadeia, e também por meio de canais alternativos, que ocorrem em menor proporção, ligando o produtor ao consumidor final. Este pode ser também caracterizado como mercado informal, em que a cadeia se resume ao Produtor-Consumidor, isto é, o comércio direto do leite e derivados por parte do produtor ao consumidor doméstico ou fabricantes de produtos lácteos, principalmente queijos.

Para Couto (2003), a Região Sul do Brasil é uma das principais produtoras de leite do Brasil, com grande presença da agricultura familiar como principal sistema de produção, em grande parte devido à colonização europeia. As mesorregiões do oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul respondem por mais da metade da produção de leite da Região Sul do Brasil. Elas contam com características propícias ao desenvolvimento da atividade leiteira, podendo-se citar a predominância da mão de obra familiar, clima temperado, estrutura baseada em pequenas propriedades, acesso a crédito subsidiado, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e falta de alternativas mais rentáveis à região (FAUTH e FEIX, 2015).

Em estudo conduzido no ano de 2015, o Instituto Gaúcho do Leite (IGL) identificou que

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



a produção leiteira se apresenta em 94% dos municípios do Rio Grande do Sul. O tamanho médio das propriedades é de 20 hectares e 95% dos produtores gaúchos são considerados agricultores familiares. Isso condiz com Castro *et al.* (1998), que reforça a representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares. A pesquisa também apontou que o número de produtores que estão ligados a cadeia do leite no estado é de 198.817 indivíduos e o volume de leite produzido é de 4,6 bilhões de litros por ano, o que equivale a uma média de 12,62 milhões litros/dia. O tamanho do rebanho leiteiro gaúcho é de 1.427.730 vacas predominando as raças holandesa (60%) e Jersey (16%). Além disso, o estudo indicou que, em sua maioria, a produção assume dois vieses, em que 51% dos produtores produzem o leite apenas para consumo familiar e 42,4% deles vendem leite cru para indústrias, cooperativas ou queijarias. Do total daqueles que comercializam ou processam, 45,3% deles produzem até 100 litros de leite ao dia (IGL, 2015). Assim, fomentar a atividade da agricultura familiar, desenvolver as suas capacidades produtivas, e bem como viabilizar o acesso ao crédito torna-se uma atividade importante para o aprimoramento dos resultados deste segmento, que deve ser amparado pelas Políticas públicas e demais estratégias aplicadas pelos conceitos de desenvolvimento regional.

3. AGRICULTURA FAMILIAR

Como características da agricultura familiar, Silva Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa (2009) definem que esta caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo, assegurando-se a alimentação da família através do próprio processo de diversificação de cultivo. O tamanho da propriedade é estabelecido pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado a tecnologias e meios dos quais dispõe (SILVA NETO e BASSO, 2005). Schneider (2001) diz que esta pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. O coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social.

Ainda sobre sua organização, Conterato, Gazolla e Schneider (2007) classificam os agricultores familiares em três tipos distintos, onde a diferenciação ocorre no aspecto econômico-produtivo, ocasionando reflexos na reprodução dos indivíduos e de seu grupo familiar. Conforme os autores, podem ser entendidos como a) monoativos - grupo trabalha



exclusivamente na agricultura; b) pluriativos – ao menos um membro da família dedica-se ao exercício de outras atividades além das agrícolas e c) pluriativos de base agrária – famílias em que ao menos um dos membros exerceu atividades de caráter agrícola, como prestação de serviços de maquinaria em épocas de plantio e colheita. Nesse sentido, a pluriatividade se apresenta como importante estratégia para as famílias de agricultores, principalmente para aquelas que acabam ficando excluídas e à margem dos processos de modernização da agricultura e tecnificação, conseguindo, assim, elevar seus rendimentos de forma considerável se comparado à monoatividade. Esta não é uma realidade apenas de países ricos e desenvolvidos, sendo bastante comum no território brasileiro. Pode ser caracterizada como situações em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a desempenhar variadas atividades econômicas e produtivas, mas não necessariamente ligadas a agricultura e cultivo, e executadas cada vez menos dentro da propriedade rural (SCHNEIDER, 2006). Já a pluriatividade de base agrícola sintetiza-se como uma forma de geração de renda disponível basicamente aos agricultores que possuem acesso a tecnologias e equipamentos, conseguindo, dessa forma, ascender socialmente de maneira superior à maioria (CONTERATO; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007). O êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira. A saída encontrada por muitas famílias foi debandar do campo, migrando para as cidades, ou atrelar sua atividade aos grandes complexos agroindustriais, valendo-se de contratos de integração vertical (ANJOS; BECKER, 2014).

Afirma-se que a pecuária leiteira caracteriza-se como uma das principais atividades realizadas em sistemas de produção familiar. Um dos motivos dos pequenos produtores organizarem-se em relação à produção leiteira é o fato de que essa cultura é adaptável a diferentes condições ecológicas, mudanças climáticas e socioeconômicas. Ela permite a viabilidade através de diferentes escalas e sistemas de produção, diferente de outras produções animais, como a suinocultura e avicultura, em que se pressupõe a existência de estruturas tecnológicas e exigências de agroindústrias receptoras da produção (SILVA NETO, BASSO, 2005; GOBBI, PESSOA, 2009).

Em pesquisa conduzida com o intuito de levantar dados e características das propriedades rurais e produção de leite no Rio Grande do Sul, constituídas em sua maioria por base produtiva familiar, o IGL (2015) afirma que, apesar de evidências que demonstram crescimento na produção leiteira do estado, existem dificuldades que permeiam a cadeia leiteira gaúcha. O estudo aponta principalmente a falta de mão de obra e a ausência de sucessão familiar nas propriedades, mas também cita outros empecilhos ao setor, como dificuldades no acesso ao crédito, o preço de leite e o desinteresse das indústrias na compra.



Bueno *et al.* (2004) destacam que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção. Eles reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Como forma de minimizar esses impactos e promover uma forma mais organizada de participação no mercado, Costa *et al.* (2015) destacam a organização dos produtores, principalmente os que utilizam base familiar de produção, através de cooperativas, centralizando a produção e proporcionando maior poder de venda e negociação junto a compradores e vendedores de insumos, necessários ao manejo do rebanho. Estratégias relacionadas à constituição de cooperativas municipais e regionais de produtores permeiam a literatura, objetivando, principalmente, a potencialização da atividade leiteira com a união de produtores e a redução de riscos e obstáculos enfrentados por estes. Pocard-Chapuis *et al.* (2000) citam a importância desse tipo de organização no caso de regiões mais distantes dos centros urbanos, caracterizadas pela precariedade estrutural. Isso estimula o surgimento de estruturas coletivas de organização, como cooperativas e associações, visando a captação de recursos externos.

Ainda, falando sobre a diversificação produtiva das propriedades rurais de base familiar, Sambuichi *et al.* (2014) afirmam que essa estratégia colabora para a sua permanência no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e consequente inchamento das favelas e aumento da violência urbana, que por sua vez gerariam maiores custos governamentais relacionados a urbanização e segurança. Conforme Exterckoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias. À medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior estabilidade. Focando especificamente na produção leiteira, a diversificação produtiva é abordada por Pocard-Chapuis *et al.* (2000), que afirmam que propriedades produtoras de leite são as que também apresentam os sistemas de produção mais diversificados, explorando culturas anuais e perenes. Além disso, os autores frisam a importância da diversificação, uma vez que o produtor fica constantemente exposto a variações e/ou quedas de preço e de safra.

4. METODOLOGIA

Com relação ao processo de pesquisa, recorreu-se ao método quantitativo, caracterizando-se como estudo exploratório baseado em um estudo de caso múltiplo, o qual tem se mostrado válido às questões relativas ao Desenvolvimento Rural, uma vez que o



pesquisador consegue abordar e analisar sua amostra *in loco*, observando a realidade dos fenômenos estudados (FRÖHLICH; FRÖHLICH, 2014).

A primeira parte da coleta de dados utilizou como recurso a pesquisa bibliográfica, valendo-se de diversos tipos de consulta para que se pudesse sustentar argumentos e informações sobre o tema estudado. Também foi realizada a pesquisa documental de dados e informações referentes às pequenas propriedades rurais e produtores de leite situados no Vale do Paranhana, sendo consultados órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio Grande do Sul, Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A segunda parte da coleta consistiu na aplicação de questionários, que possuíam questões tanto qualitativas (semi-estruturadas) quanto quantitativas (fechadas) e foram aplicados diretamente com os produtores nas propriedades rurais. O universo da coleta de dados foi o contingente de pequenos produtores rurais do Vale do Paranhana. Teve como indivíduos selecionados os produtores de leite da referida região. Realizou-se visitas a este grupo de 20 produtores com o intuito de levantar informações sobre seus estabelecimentos rurais e identificar fatores que pudessem contribuir para os objetivos da pesquisa. Foram utilizadas seleções não probabilísticas por acessibilidade. O baixo volume de visitas realizadas consiste em uma limitação encontrada, pois, como objetivava-se angariar o maior volume de informações possíveis com os encontros e relatos, teve-se de recorrer a menos participantes. Tal grupo é composto por aproximadamente 1454 estabelecimentos, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, última edição publicada pelo IBGE (2016). Os dados levam em conta a produção de leite de vaca nos estabelecimentos agropecuários, tendo por condição o produtor ser proprietário das terras.

Com a aplicação dos questionários, buscou-se levantar informações gerais sobre os produtores pesquisados, almejando a contemplação dos objetivos de pesquisa. Buscou-se informações sobre a família do produtor, engajamento desta, faixa de renda, questões relacionadas à pluriatividade do grupo familiar, número de vacas em lactação, volume de produção, tamanho da propriedade, forma de comercialização da produção, uso de linhas de financiamento e participação em programas governamentais, opinião em relação à participação em cooperativas de produtores e também opiniões sobre o potencial econômico da produção leiteira no Vale do Paranhana, bem como sua constituição como alternativa de diversificação produtiva.

Para análise das respostas obtidas através dos questionários, recorreu-se à estatística descritiva, objetivando organizar os dados coletados e facilitar a compreensão destes. A



estatística descritiva é utilizada para descrever e resumir os dados, permitindo que se tenha uma visão global da variação desses valores, através de tabelas, gráficos e de medidas descritivas (LARSON e FARBER, 2009; ANDERSON e WILLIAMS, 2003).

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que se refere à faixa etária dos participantes da pesquisa, levando-se em conta que, na maioria dos casos, o respondente era o indivíduo mais envolvido com a produção de leite na propriedade, notou-se predominância com pessoas com mais de 51 anos, em 55% dos casos. Esta configuração sugere a não continuidade dos jovens no meio rural junto à produção de leite e descontinuidade das propriedades. Tal informação converge com a visão de Anjos e Becker (2014), quando afirmam que o êxodo rural ainda impacta negativamente nas propriedades da agricultura familiar brasileira. Contribui ainda a pesquisa conduzida pelo IGL (2015), que consta que uma grande dificuldade que permeia a cadeia leiteira gaúcha é a ausência de sucessão familiar nas propriedades. Também, chama a atenção que em apenas 1 propriedade do Vale do Paranhana, 5% dos pesquisados, o produtor responsável pela propriedade possui menos de 30 anos de idade.

Já quanto à composição familiar, identificou-se uma predominância de famílias com cinco indivíduos ou mais residindo junto ao estabelecimento rural, representando 40% dos pesquisados, mas destacando-se também as famílias compostas por três e quatro indivíduos, que juntas constituem 50%. Em 100% das propriedades, constatou-se que os envolvidos na produção são os próprios proprietários, o que atesta o viés familiar destas, acordando com Schneider (2001), quando diz que esta pode entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma mesma habitação) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra, ligados por laços de parentesco entre si, podendo pertencer a esse coletivo membros não consanguíneos. Também, questionados se suas famílias participavam das atividades relacionadas à produção leiteira na propriedade, a ampla maioria dos participantes, 19 indivíduos, afirma receberem auxílio de seus familiares, enquanto apenas um produtor diz dedicar-se sozinho à produção de leite. Esta descoberta possui base em Silva Neto e Basso (2005), Couto (2003) e Gobbi e Pessoa (2009), que definem que a propriedade onde predomina a agricultura ou pecuária familiar caracteriza-se pela família ser proprietária da terra e dos meios de produção, assumindo o trabalho no seu estabelecimento produtivo. Além disso, o coletivo, a família, organiza a produção e gerencia a propriedade, estabelecendo estratégias individuais e coletivas que visem garantir a reprodução social, realizando a gestão da propriedade (SCHNEIDER; 2001).



Identificou-se, ainda, que dentre as propriedades pesquisadas, 75% destas possuem área com mais de 13 hectares. É grande a predominância de 15, 16 e 20 hectares, sinalizados por 8 indivíduos, no total, o que condiz com a afirmação de Castro *et al.* (1998) e pesquisa do IGL (2015), que reforçam a representatividade de estabelecimentos com área aproximada de 20 hectares. Frisa-se a baixa predominância de pequenas propriedades, cujas menores propriedades pesquisadas possuem de 4 a 7 hectares. Na frequência acumulada, 25% possui até 12 hectares. Tal evidência reforça a diversificação de cultivos por parte dos próprios produtores rurais que, além do leite, dedicam-se a outras culturas. A constatação converge com Exterckoter e Nierdele (2012) quando afirmam que a diversificação produtiva pode ser enaltecida especialmente nas propriedades em que predomina a agricultura familiar, proporcionando a reprodução social dos agricultores, e, por consequência, o desenvolvimento rural, ampliando os portfólios de entrada de renda. Nesse sentido, essa estratégia também é defendida por Sambuichi *et al.* (2014), que afirmam sua colaboração para a permanência dos produtores no campo, o que gera externalidades positivas, evitando problemas sociais como o êxodo rural e consequente inchamento das favelas e aumento da violência urbana. Ainda, conforme reforçam Exterckoter e Niederle (2012), a estratégia de diversificação das atividades ocupacionais, bem como das rendas, representa proteção às famílias. À medida que diversificam suas opções de trabalho, adquirem maior estabilidade. Além disso, ressaltando mais uma benesse, Gianezini *et al.* (2013) citam que, procurando a diversificação de culturas em sua propriedade, o agricultor reduz o impacto de possíveis crises e sazonalidades, comuns na produção agropecuária, já que não fica refém de apenas uma cultura, reduzindo o impacto de crises e sazonalidades, inerentes à produção agropecuária. Também, informalmente, muitos produtores citaram que, por não conseguirem tempo, uma vez que encontram-se administrando a produção sozinhos ou com pouco auxílio, parte da propriedade está abandonada, com a presença de matos, árvores etc., precisando de trabalho para serem adequadas e constituírem-se pastagens.

Da composição dos plantéis em lactação, a configuração das propriedades se demonstrou constituída por até 7 animais (25%) e de 8 à 14 (25%), correspondentes a 50% das propriedades analisadas. Elas reforçam o quadro de diversificação produtiva encontrado em diversas propriedades do Vale do Paranhana, onde o leite não é a única atividade. Por outro lado, torna evidente a existência de propriedades com menor plantel em lactação, onde o leite convive com outras culturas, e latifúndios dedicados quase que exclusivamente à produção leiteira, representado pelo fato de 20% dos indivíduos respondentes possuir mais de 28 animais apenas em lactação.



No que tange a análise de dados da produção leiteira nas 20 propriedades pesquisadas, apenas 10% da seleção produz menos de 60 litros de leite por dia. Dentro da faixa de produtores com mais de 60 litros/dia, frisa-se a existência de três grandes produtores, entre os pesquisados, dedicados exclusivamente ao leite, que, em média, produzem 1000l/dia, 750l/dia e 700l/dia. Excluindo-se esses três casos específicos, a média de produção dos demais respondentes da quinta faixa corresponde à média simples de cerca de 141 litros de leite por dia. Valendo-se de um cálculo aproximado, considerando a quantidade de animais, usando-se como referência a média da faixa respondida e comparando-se ao volume de produção e anotações realizadas, chega-se a uma produção média de 14,7 litros/dia por animal, evidenciando que a produção média por animal nas propriedades pesquisadas é baixa. Isso reforça a necessidade de maior profissionalização e melhorias no manejo.

Ainda, foi possível apontar a preferência dos produtores de leite pesquisados por animais da raça Holandesa, correspondendo a 65% dos participantes. Logo atrás, com 25% das respostas, predomina a raça Jersey. Em apenas 10% dos casos, os produtores recorrem à outra composição do rebanho, nesse caso, cruza Gir com Holandesa, reforçando mais ainda a preferência pela raça com maior frequência apresentada. Tais dados estão em consonância com o apresentado na pesquisa do IGL (2015).

Quanto à aferição da faixa de renda familiar com a qual convivem os produtores de leite pesquisados e suas famílias. A maioria, mais de 55% dos respondentes, consegue uma renda composta por mais de três salários mínimos, destacando-se também a faixa composta por produtores que vivem com três salários mínimos mensais, correspondendo a 35% da seleção. Frisa-se também que apenas 10% vivem com dois salários, um número baixo em relação à amostra geral.

Posteriormente, foram perguntados se algum membro da família está trabalhando fora da propriedade, dentro do sentido de pluriatividade do grupo familiar, expresso em Conterato, Gazolla e Schneider (2006). Nota-se uma frequência relevante de famílias que não possuem membros trabalhando em atividades fora da propriedade, representando 35% (ou 7 pesquisados). Porém, a maioria dos respondentes (65%) possui membros da família trabalhando em atividades diversas, onde, dessa parcela, 15% (3 respondentes) se dedicam ao comércio, igualmente 15% em atividades ligadas à produção calçadista e o restante, 35%, em outras atividades. Informalmente, muitos produtores reforçam que essa renda advinda de outras atividades auxilia em sua permanência no campo, pois a produção de leite auxilia bastante nas despesas da propriedade, mas não se torna suficiente para dar conta de todas as suas necessidades.



Questionados sobre a forma com que comercializam sua produção, oportunidade em que poderiam indicar mais de uma opção, os produtores afirmam que os principais meios são através da venda direta ao consumidor final (10), de cooperativas de produtores (9), venda a laticínios (7), feira de produtores (1) e outros (1). Nota-se a diversificação dos canais de escoamento de produção, predominando as cooperativas de produtores (32,2% das respostas) e venda a laticínios (25% das respostas) para processamento, categorias estas componentes da cadeia formal do leite. Porém, chama atenção a composição da venda direta ao consumidor final, composta por 35,7% das respostas, demonstrando a importância que o mercado informal tem para os produtores pesquisados, principalmente no sentido de obter melhores preços de comercialização e, conseqüentemente, maior rentabilidade, de acordo com o que está disposto na literatura observada nesse trabalho, como expresso em Viana e Ferras (2007).

Perguntados sobre sua participação e opinião em relação às cooperativas de produtores, muitos dos pesquisados (9) participa atualmente destas, o que pode encontrar amparo no estudo de Gobbi e Pessoa (2009) quando afirmam que, trazendo modos de produção de seus países de origem, a influência de colonizadores europeus também permite observar nestas regiões, como o Vale do Paranhana, uma maior difusão de estruturas de organização como o cooperativismo e associativismo. Porém, chama a atenção a frequência de produtores que participaram no passado e que não gostariam de participar novamente (3), bem como que nunca participou e não gostaria de participar (1), totalizando 20% da seleção.

Posteriormente, interpelados sobre suas pretensões em relação a continuarem produzindo leite futuramente, a ampla maioria dos participantes da pesquisa pretendem manter a atividade em suas propriedades, totalizando 80% da seleção. Por outro lado, 20% dos produtores diz que pretende deixar de produzir leite, alegando, principalmente, a questão de pouca rentabilidade proporcionada pela atividade (três indivíduos) e pela excessiva carga de trabalho necessária à atividade (um indivíduo).

A pergunta subsequente auxilia a entender os desafios aos quais os produtores são expostos, questionando se enfrentavam, atualmente, dificuldades nos negócios e, em caso afirmativo, em relação a quais questões. Como era permitido assinalar mais de uma opção, avalia-se a frequência destas em relação ao total de respostas, que foi de 27, detalhadas na Tabela 1. Nenhum produtor assinalou a opção "Não enfrento dificuldades". Logo, o ambiente que ronda os respondentes se caracteriza por constantes desafios, principalmente relacionados à rentabilidade, que representou 55,56% das respostas, o que também é expresso pelo IGL (2015) quando afirma, em sua pesquisa, que uma das maiores barreiras encontradas pelos produtores de leite no Rio Grande do Sul é o preço pago pelo produto.

Nesse sentido, Bueno *et al.* (2004) contribuem à questão de rentabilidade da produção, destacando que os pequenos produtores de leite são sensíveis a alterações nos preços dos insumos relevantes à produção, sendo que reduzem a sua produção quando custos como mão de obra e alimentação do rebanho são reajustados. Nas respostas dos participantes da pesquisa, frisa-se que a categoria “Outras” é formada por situações como dificuldades em relação à produtividade, incertezas futuras, clima e saúde do rebanho, temáticas apontadas pelos pesquisados.

Tabela 1 – Dificuldades enfrentadas pelos produtores em seus negócios

Dificuldades	Nº de opções assinaladas	Frequência relativa (%)
Não enfrenta	0	0
Comercialização	3	11,11
Rentabilidade da produção	15	55,56
Mão de obra empregada	2	7,41
Requisitos técnicos	1	3,70
Outras	6	22,22

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Questionados sobre a participação em programas de incentivo à produção leiteira, disponibilizados por entidades ligadas ao Governo ou Prefeitura, apenas um produtor diz participar do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A ampla maioria, 19 produtores, participa de outros programas, como qualificações da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e programas das prefeituras locais, como Porteira Adentro e Patrulha Rural. Apenas um indivíduo vale-se das alternativas citadas anteriormente ao mesmo tempo em que participa do PAA.

Quando deveriam assinalar se já haviam feito uso de alguma linha de financiamento específica à produção rural disponibilizada pelo Governo, 80% dos produtores pesquisados diz já ter usufruído destes, enquanto 20% nunca utilizou nenhuma linha de crédito destinada à produção rural. A pergunta subsequente complementa o quadro relacionado ao apoio governamental, seja através de programas ou linhas específicas de financiamento, uma vez que questiona se o produtor acredita que os incentivos do Governo à produção leiteira são suficientes. Nesse quesito, 8 indivíduos (40%) acreditam que os incentivos são suficientes, enquanto 12 produtores (60% da seleção), acham que as ações não contemplam as necessidades da produção leiteira, alegando como justificativa a pouca divulgação dos incentivos e programas (1 citação), a não contemplação de problemas da cadeia como preço



do leite, incluindo-se incentivos à isenção de impostos e taxas (8 citações), burocracia (1 citação) e poucos programas ou incentivos que levem em conta a real situação e necessidades do produtor de base familiar (2 citações). As respostas demonstram o sentimento dos produtores em relação às atuais políticas praticadas, que se encontram fora de sintonia aos desafios enfrentados pela ótica dos próprios produtores. Nesse contexto, Conterato, Gazola e Schneider (2007) sinalizam que as políticas públicas possuem papel fundamental na redução da vulnerabilidade e dependência política da agricultura familiar, devendo primar-se por ações que procurem atingir tais objetivos.

As duas últimas questões do instrumento quantitativo eram focadas na questão de viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana, buscando auferir a opinião dos produtores em relação ao potencial desta e possibilidade de expandir-se na região. As opiniões são divergentes em alguns pontos, o que se expressa pela frequência das respostas. Sob a pergunta “Você acredita que a produção leiteira pode ser uma opção de diversificar a produção da região do Vale do Paranhana?”, nota-se que alguns produtores são mais pessimistas em relação à essa possibilidade, representando 25% da seleção. Por outro lado, 15 produtores rurais, ou 75% da seleção, acreditam que apesar das dificuldades enfrentadas, a produção de leite pode sim representar uma opção de diversificar a produção regional além do calçado e expandir-se.

Posteriormente, quando questionados se acreditavam que a produção leiteira teria potencial econômico na região do Vale do Paranhana, o quadro geral mostrou-se semelhante ao da pergunta anterior, mas com aumento no número de produtores que não acreditam nesse potencial do leite, expresso por 8 indivíduos, 40% da seleção. Como justificativa para essa resposta, os produtores citaram as questões relacionadas ao recebimento de pouco incentivo por parte de prefeituras e do próprio Governo (4 citações) e poucos interessados em dar continuidade à produção de leite nas propriedades, frisando que cada vez menos jovens participam dela (4 citações). Apesar de 60% dos indivíduos citarem que a produção leiteira possui potencial econômico para a região, é possível perceber novamente o desânimo e temor dos produtores em relação à produção leiteira, seja em suas propriedades ou em toda região do Vale, já que 40% dos consultados acreditam que a produção leiteira não possui potencial econômico na região. Desta configuração, verifica-se a importância da compreensão da organização estrutural das unidades produtivas e bem como das relações destas para com as atividades de estímulo à produção da agricultura familiar a fim de identificar perspectivas de desenvolvimento da região, tendo como fundamento a diversidade produtiva como enfrentamento à concentração do modelo calçadista no Vale do Paranhana.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da pesquisa, foi possível constatar que, a partir dos casos observados, o produtor de leite pode ser caracterizado como estando na faixa de 51 a 60 anos, cuja família possui cinco pessoas ou mais morando junto à propriedade, sendo que estes participam das atividades relacionadas à produção leiteira. Além disso, a faixa de renda de sua família é composta por mais de três salários-mínimos, sendo que há membros da família que trabalham em atividades fora da propriedade rural, dentro do conceito de pluriatividade, garantindo renda à família, em atividades diversas. Em relação à produção leiteira, sua propriedade possui mais de 13 hectares, possuindo cerca de 10-12 animais em lactação, predominantemente da raça Holandesa, gerando cerca de 141 litros/dia de leite. Em relação à forma com a qual comercializa a sua produção, ocorre principalmente através da coleta por parte de cooperativas de produtores e da participação no mercado informal, caracterizada pela venda direta ao consumidor final. Também, como forma de qualificar-se, participa de cursos e treinamentos oferecidos pela EMATER.

Os relatos também indicam desconfiança em relação à participação em cooperativas, muito em virtude de experiências anteriores vivenciadas por parte dos entrevistados. Tal cenário tende a ter colaborado para um enfraquecimento geral da bacia leiteira do Vale do Paranhana. Também, pôde-se averiguar que o produtor enfrenta dificuldades principalmente em relação à rentabilidade da produção leiteira. O apoio por parte dos governos municipais é frisado, comentando-se a falta de incentivo na disponibilidade de máquinas para organização de pastagens. Questões como a saúde animal e requisitos de qualidade aparecem em menor escala. Tais relatos demonstram, em suma, que a maior dificuldade dos produtores do Vale do Paranhana está relacionada a rentabilidade da produção e que, havendo aprimoramentos nessa questão, uma série de insatisfações por parte dos produtores seriam sanadas.

O perfil do produtor de leite do Vale do Paranhana indica que este já fez uso de linhas de financiamento específicas à produção rural, disponibilizadas pelo Governo, mas não acredita que os incentivos à produção leiteira são suficientes, devendo, especificamente, trazer mais opções que atendam obstáculos à produção, caracterizados pelo preço pago pelo litro do leite e garantir a isenção de impostos e taxas sobre o produto e insumos, impactando a rentabilidade. Apesar das dificuldades que enfrenta, pretende continuar produzindo leite e acredita que esta somente poderá expandir-se regionalmente caso mudanças ocorram. A opinião dos produtores, de maneira geral é que se houverem mudanças e um maior apoio, a atividade pode adquirir potencial econômico importante para a região do Vale do Paranhana, já que existem propriedades e animais adequados para a atividade. Acreditam que essa



atividade possa ser uma boa opção de diversificar a região desde que haja trabalhos sérios a longo prazo por parte do Governo e prefeituras, no sentido de apoiá-los, estabelecendo preços mínimos e também desburocratizar questões como documentações exigidas e contratação de funcionários, estabelecendo regimes especiais para o trabalho no campo.

Levando em conta o panorama apresentado, buscou-se responder ao questionamento central estabelecido: Qual é a percepção dos pequenos e médios produtores rurais do Vale do Paranhana quanto à expansão e continuidade da produção leiteira na região? Assim, após a realização do levantamento teórico e aplicação dos questionários, conclui-se que a produção leiteira na região do Vale do Paranhana poderá continuar, possuindo possibilidade de expandir-se em relação aos níveis atuais. Para tanto, o autor sugere que ocorra através da constituição de cooperativas regionais ou pequenas agroindústrias voltadas à captação da produção regional e seu posterior processamento. Poderá encontrar respaldo ainda na diferenciação do produto, apostando na produção orgânica do leite, mercado que se encontra em crescimento.

Tais organizações tornam-se importantes para o desenvolvimento regional, bem como para a viabilidade da produção leiteira no Vale do Paranhana. Aconselha-se que as administrações públicas regionais realizem um esforço conjunto para a instalação tanto de cooperativas como agroindústrias regionais, dada a pouca distância entre os municípios que compõem o Paranhana. A participação do poder público torna-se decisiva para manutenção dos produtores junto ao campo, proporcionando perspectivas para que os jovens também se dediquem à atividade rural. A constituição de cooperativa regional captadora de leite para processamento auxiliaria na reestruturação da bacia leiteira do Paranhana, levando-se em conta que sua sede seria próxima aos produtores, facilitando questões como logística e apoio adequado à produção. Além disso, a gestão da cooperativa coordenaria as questões relacionadas aos mercados-alvo, as estratégias e plano de ação recomendados, manejo adequado, sendo isso fundamental para o desenvolvimento concreto das suas atividades no mercado consumidor. Recomenda-se também a instituição de uma cultura cooperativista regional, valorizando-se tais iniciativas e difundindo-as em escolas e entidades, educando e estimulando os produtores a pensarem no coletivo seja através de palestras, de oficinas, entre outros.

Para concluir, os objetivos apresentados no estudo podem ser considerados como atingidos, porém, é importante ressaltar que o estudo encontrou limitações, pois necessário um maior aprofundamento sobre as propriedades e produtores que compõem a bacia leiteira da região (ou um volume maior de visitas), buscando angariar uma visão mais concreta da realidade.



REFERÊNCIAS

ANDERSON, D. R.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANJOS, F. S. dos, BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, suplemento especial, p. 107-117, out/dez 2014.

BERRO, R. *et al.* Sistema local de produção de leite em Itaqui, Rio Grande do Sul: caracterização e diferenciação dos estabelecimentos formais. **7º Encontro de Economia Gaúcha – FEE**, Porto Alegre, 2014.

BUENO, P. R. B. *et al.* Valor econômico para componentes do leite no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v33, n.6, p. 2256-2265, 2004.

CASTRO, C.C. *et al.* Estudo da cadeia láctea do Rio Grande do Sul: uma abordagem das relações entre os elos de produção, industrialização e distribuição. **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n.1, p. 143-164, Jan/Abr. 1998.

CONTERATO, M. A.; GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In: Sabourin, E. e Tonneau, J. P. (org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**, v.1, 1ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

COSTA, V. S. *et al.* Análise de custos a partir da cadeia do valor do leite e seus derivados na região Seridó do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.7, n.1, jan-jun., 2015.

COUTO, A. T. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do sector cooperativo leiteiro da região norte de Portugal e do setor familiar produtor de leite no sul do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.23, n.2, jul-dez, 2003.



CUNHA, G. B. da. Análise agroeconômica de dois sistemas de produção de leite no município de Taquara/RS; 2011. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

EXTERCKOTER, R. K., NIEDERLE, S. L. A importância da diversificação produtiva para a reprodução social da agricultura familiar: o oeste catarinense. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia/MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

FAUTH, E. M.; FEIX, R. D.. Aglomeração produtiva de laticínios nos Coredes Fronteira Noroeste e Celeiro. Porto Alegre: FEE, 2015. **Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no RS**.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Vale do Paranhana**. Disponível em <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

FRÖHLICH, E. R.; FRÖHLICH, C. **Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de um estudo de caso** in CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.;

SCHNEIDER, S. (org) Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

GOBBI, W; A. O; PESSOA, V. L. S. A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da Canoa. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 11, v.1, n.19, 1º semestre, p. 79-110, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 de abril de 2016.

INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE; EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/IGLpara%20biblioteca2015.pdf>. Acesso em 21 out. 2016.

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística Aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2009.



MAPA DA REGIÃO DO PARANHA, RS. Disponível em:
<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1776564>> Acesso em 08 mar. 2017.

MORAIS, R. T. R. **Gestão Democrática como instrumento de planejamento estratégico regional**: Estudo das experiências no Conselho Regional de Desenvolvimento Paranhana-Encosta da Serra. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012.

MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS- História. Disponível em <www.taquara.rs.gov.br> Acesso em 21 jul 2017.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**,3(5), 53-72. 2005.

POCCARD-CHAPUIS, R. *et al.* Produção leiteira e Desenvolvimento Regional na Amazônia brasileira. **Revista de Política Agrícola** – Ano IX, n. 03, Jul-Ago-Set, 2000.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. Capítulo 3 in **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, Ipea, 2014.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, N. 16, p. 164-184, Rio de Janeiro, 2001.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J. M.; Diesel, V. (org.). **Desenvolvimento Rural – tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

VIANA, G., FERRAS, R. P. R. A cadeia produtiva do leite: um estudo sobre a organização da cadeia e sua importância para o desenvolvimento regional. **Revista Capital Científico**, Guarapuava/PR, v. 5, n. 1, jan./dez. 2007.